

Sociedade  
Pernambucana de  
Combate ao Câncer  
Unidade de Pronto  
Atendimento  
UPA Igarassu

**Demonstrações financeiras “carve-out” em  
31 de dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa condensadas - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil  
Telefone +55 (81) 3414-7950  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

Aos Associados e Diretores da

**Unidade de Pronto Atendimento – UPA Igarassu, filial da Sociedade  
Pernambucana de Combate ao Câncer**

Igarassu - PE

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Igarassu (“Entidade”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, que compreendem o balanço patrimonial “carve-out” em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira “carve-out” da Entidade, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações “carve-out” e os fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 8, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 apresenta na rubrica de “Contas a receber de clientes” o montante total de R\$ 3.578 mil (R\$ 2.367 mil em 2022). Quando do reconhecimento inicial desses montantes, a Sociedade não realizou uma análise sobre a possibilidade de recebimento da contraprestação a que teria direito pelos serviços transferidos aos seus clientes, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Em adição, subsequentemente ao reconhecimento inicial, a Sociedade não realizou análise de potenciais perdas esperadas em relação aos montantes mencionados. Se a Sociedade tivesse as referidas análises, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras *“carve-out”*”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfases

### Base de preparação das demonstrações financeiras *“carve-out”*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras *“carve-out”*. As demonstrações financeiras *“carve-out”* podem não ser um indicativo da posição e da *performance* financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a Entidade, juntamente com a matriz Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC) tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras *“carve-out”* foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria Estadual de Saúde (SESPE), portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Renovação do contrato de gestão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras *“carve-out”*, que descreve que a Unidade de Pronto Atendimento – UPA Igarassu, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, atua como gestora da unidade de saúde por meio do contrato de gestão. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações financeiras *“carve-out”* deve ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras *“carve-out”*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras *“carve-out”* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras *“carve-out”* livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras *“carve-out”*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras *“carve-out”*, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras *“carve-out”*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras *“carve-out”*, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras *“carve-out”*.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “*carve-out*”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “*carve-out*” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “*carve-out*”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “*carve-out*” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de setembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu  
Contador CRC 1SP223212/O-2

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade De Pronto Atendimento - UPA Igarassu**

**Balanço patrimonial "carve-out" em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.412	228	Fornecedores	10	1.035	346
Contas a receber - contrato de gestão	8	1.222	1.622	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.757	1.458
Estoques	9	253	455	Obrigações tributárias	11	242	189
Outros créditos		<u>38</u>	<u>78</u>	Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>92</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.925</b>	<b>2.383</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.034</b>	<b>2.085</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para contingências	13	25	-
Contas a receber - contrato de gestão	8	<u>2.356</u>	<u>745</u>	Mútuo com partes relacionadas a pagar		<u>4</u>	<u>-</u>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>2.356</b>	<b>745</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>29</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.356</b>	<b>745</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	14		
				Patrimônio social		1.043	-
				Superávit acumulado		<u>1.176</u>	<u>1.043</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>5.281</u></b>	<b><u>3.128</u></b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.219</b>	<b>1.043</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>5.281</u></b>	<b><u>3.128</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade De Pronto Atendimento - UPA Igarassu**

**Demonstração do Resultado "carve-out" em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receitas Operacionais Líquidas	15	21.858	18.145
Custos Operacionais	16	<u>(15.908)</u>	<u>(15.980)</u>
<b>Resultado Bruto</b>		<b>5.950</b>	<b>2.165</b>
Despesas gerais e administrativas		(4.448)	(1.590)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		<u>(297)</u>	<u>466</u>
<b>Despesas operacionais</b>	17	<b>(4.745)</b>	<b>(1.124)</b>
Receitas financeiras		5	12
Despesas financeiras		<u>(33)</u>	<u>(10)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	18	<b>(28)</b>	<b>2</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b><u>1.176</u></b>	<b><u>1.043</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPA Igarassu**

**Demonstração do resultado abrangente "carve-out"**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>1.176</b>	<b>1.043</b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>1.176</u></b>	<b><u>1.043</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPA Igarassu**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido "carve-out"**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		-	-	-
Superávit do exercício		-	<b>1.043</b>	<b>1.043</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>1.043</b>	<b>1.043</b>
Incorporação do resultado do exercício		1.043	(1.043)	-
Superávit exercício		-	1.176	1.176
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>14</b>	<b>1.043</b>	<b>1.176</b>	<b>2.219</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve out".

**Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC**  
**Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPA Igarassu**

**Demonstrações dos fluxos de caixa "carve-out" - Método indireto**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Superávit do exercício		1.176	1.043
<i>Ajustes:</i>			
(Reversão ) Provisão para contingências		<u>25</u>	<u>-</u>
<b>Superávit ajustado</b>		<b>1.201</b>	<b>1.043</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos em:</b>			
Contas a receber		(1.211)	(2.367)
Estoques		202	(455)
Outros créditos e depósitos judiciais		40	(78)
<b>Aumento/(redução) nos passivos em:</b>			
Fornecedores		689	346
Obrigações tributárias		52	189
Obrigações trabalhistas e sociais		299	1.458
Outras contas a pagar e subvenções a realizar		(93)	92
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b><u>1.180</u></b>	<b><u>227</u></b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b><u>1.180</u></b>	<b><u>227</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Empréstimo com partes relacionadas		4	1
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b><u>4</u></b>	<b><u>1</u></b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>1.184</u></b>	<b><u>228</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	7	228	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	<u>1.412</u>	<u>228</u>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>1.184</u></b>	<b><u>228</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve out”**

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC”), qualificada como Organização Social, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e administração na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com endereço na Avenida Cruz Cabugá, nº 1.597, Santo Amaro, CEP 50.040-000, com duração indeterminada, fundada em 09 de novembro de 1948, com natureza de pessoa jurídica de direito privado, que se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente.

A SPCC tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal pelo Decreto nº 67.087, de 20 de agosto de 1970, e de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.568, de 04 de dezembro de 1952.

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer ganhou o direito de administrar a UPA Igarassu – Honorata de Queiroz Galvão (“Entidade” ou “UPA Igarassu”), através de processo licitatório. A UPA Igarassu, situada na Rodovia BR 101 Norte, Km 47 - Bairro Cruz de Rebouças – Igarassu, Pernambuco, CEP: 53.600-000. A entidade tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

- Atividades de urgência e emergência para a média complexidade no SUS, funcionando 24 horas por dia.
- Atendimento na especialidade médica ortopedia;
- Atendimento na especialidade médica clínica médica;
- Atendimento na especialidade médica pediatria;
- Exames de raio-x;
- Exames laboratoriais;
- Exames ECG;
- Exames telemedicina;
- Atividades de profissionais da nutrição;
- Atividades de profissionais de fisioterapia;
- Atendimento por telemedicina.

Segundo o Estatuto Social da SPCC, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são vedados de receberem a qualquer título, direta ou indiretamente, remuneração ou qualquer vantagem em razão das suas funções. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

### **1.1 Contrato de gestão - Unidade de pronto atendimento - UPA Igarassu**

Em 20 de janeiro de 2022 foi firmado o contrato de gestão N° 002/2022 entre o Município do Recife, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 02 (dois) anos, contados da assinatura do instrumento, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos, prorrogados por meio de aditivos contratuais.

Em 27 de janeiro de 2022 foi assinado um termo de rerratificação, que alterou o valor do contrato de R\$17.544 para R\$19.139. Em 04 de agosto de 2022 foi assinado o 2º termo aditivo, referente a implantação do serviço de Fisioterapia Respiratória com acréscimo mensal ao Contrato de Gestão n° 002/2022 no valor de R\$ 21, com início a partir da data de assinatura e término da vigência em 31 de janeiro de 2024. Foi firmado em 12 de julho de 2023 e 6º Termo aditivo, no qual, repassa mensalmente o valor de R\$ 13, para o custeio mensal da locação de ambulância, com vigência até 31 de dezembro de 2023. Foi celebrado o Termo de Apostilamento ao Contrato de Gestão N° 002/2022, firmado em 26 de setembro de 2023, correspondente ao repasse do piso nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, no valor de R\$ 60.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, onde as atividades desenvolvidas pela filial Entidade estão atreladas a metas descritas em contratos de gestão, firmados entre o Município de Recife, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE) e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, que depende do recebimento de repasse de recursos da SES-PE para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, bem como da renovação do Contrato de gestão que se encerrará em 01 de fevereiro de 2024. Conforme nota explicativa n° 22 – Eventos subsequentes, em abril de 2024, foi firmado o 6º termo aditivo ao contrato prorrogando o prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, se encerrando em 31 de janeiro de 2026.

### **1.2 Situação financeira, planos da Administração e continuidade operacional da SPCC**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, tendo em vista o êxito da execução do plano traçado desde 2022, evidenciando sua recuperação através da sua capacidade de liquidez em 2023, decorrente dos investimentos realizados, dos pleitos atendidos referentes ao pré e pós fixado, reequilíbrio financeiro dos contratos, do plano de recuperação extrajudicial, do empréstimo realizado, além de outras ações e melhorias nos processos que proporcionaram aumento de receita e redução de despesas.

A SPCC apresentou superavit de R\$ 33.789 em 2023 (déficit em R\$ 872 em 2022). Nessa data, a Sociedade apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) positivo, ou seja, o ativo circulante excedente ao passivo circulante, em R\$ 26.477 (negativo em 2022 no valor de R\$ 31.767), devido, principalmente, ao aumento do disponível e redução dos débitos com fornecedores.

A Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das ações que garantiram a sua continuidade operacional, revisitando sempre o cenário atual e as medidas já tomadas com o intuito de realizar novas projeções e elencar estratégias que garantam esse alcance.

A SPCC é mantenedora das filiais relacionadas abaixo, cujos principais indicadores financeiros estão apresentados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023 (R\$ mil)						
Unidade	Contrato	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	CCL
Hospital de Câncer	-	141.963	121.703	20.260	15.475	24.402
Hospital da Mulher do Recife - HMR	028/2016	19.209	18.471	737	12.351	1.505
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	3.651	2.708	943	(541)	(1.999)
Hospital São Sebastião	002/2018	10.585	9.454	1.131	1.265	(1.360)
UPAE Caruaru	003/2018	5.355	3.051	2.304	82	178
UPAE Belo Jardim	004/2014	6.747	1.458	5.289	41	460
UPAE Arcoverde	005/2014	5.835	2.013	3.821	(390)	617
UPAE Arruda	100/2016	2.285	1.363	923	1.896	851
UPA Igarassu	002/2022	5.281	3.063	2.219	1.176	(109)
UPAE Palmares	020/2022	3.556	414	3.143	2.434	1.932
				<b>Total</b>	<b>33.789</b>	<b>26.477</b>

**a. Aumento da receita operacional líquida**

O aumento da receita operacional deve-se, principalmente, à aprovação dos pleitos referentes ao pré-fixado da média complexidade e no pós-fixado alta complexidade, ambos formalizados através do 10º Termo Aditivo, vigente a partir de maio de 2023. Além disso, houve também o recebimento de auxílio financeiro referente de exercício anteriores.

Com esses recursos recebidos, a Sociedade alcançou em 2023 um equilíbrio financeiro que melhorou sua capacidade de liquidez, ampliação da produção e a qualidade do serviço prestado, além de outros benefícios indiretos.

**b. Redução de custos de compras**

A Sociedade, embasado no permissivo da Lei nº 11.101/2005 e sua interpretação dada pelos Tribunais Pátrios e doutrina especializada, fez constar em seu Plano de Recuperação Extrajudicial (PREJ) cláusulas que permitem a adesão de seus credores que até a data do ajuizamento do processo nº 0049542-47.2023.8.17.2001 em curso perante o Juízo da 14ª Vara Cível Seção B da Comarca de Recife-PE (Ação) detenham créditos decorrentes do fornecimento de Material Médico e Hospitalar. 68 credores (60%) da Sociedade aderiram ao Plano, através do documento “Instrumento Particular de Adesão a Plano de Recuperação Extrajudicial, Transação, Confissão de Dívida, e Outras Avenças” do valor total negociado de R\$ 14.243 de dívidas com fornecedores.

Em seguida, a Sociedade passou a realizar os pagamentos à vista e a nova Gestão de Suprimentos executou um trabalho de negociação de preço de compra, onde conseguiu reduções significativas.

**c. Recurso de terceiros**

Em março de 2023, foi realizado novo empréstimo no valor de R\$ 30.000 visando redução de custo direto tangente a desmobilização de Pessoal e renegociação com fornecedores, visando melhores preços na negociação.

**d. Melhorias na Área Assistencial**

Algumas ações que também contribuíram para a redução de custos, proporcionaram aumento do faturamento, e melhoria no serviço prestado ao paciente, com a diminuição do tempo de espera por atendimento e resultados de exames.

***Estratégia financeira para reequilíbrio financeiro, repactuação de dívidas e renovação do contrato***

Para as filiais sob gestão, estão previstas ações para recuperação e equilíbrio do resultado operacional dos contratos de gestão. Abaixo destacamos as repactuações e aditivos realizados:

- **HMR**

Em 2023 a unidade recebeu IPCA tangente a atualização do contrato firmado com a Prefeitura do Recife. Esta atualização monetária ocorrerá anualmente.

***15º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 28/2016***

Prorrogação do contrato de gestão celebrado entre o Hospital da Mulher do Recife e a Prefeitura do Recife pelo período de 2 (dois) anos, contados a partir de 05 de abril de 2024 a 04 de abril de 2026, cujo valor total do contrato é de R\$ 180.705.

- **HSS**

***6º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2018 – Prorrogação do contrato de gestão***

Em 22 de abril de 2024, a unidade prorrogou o prazo de vigência do contrato de gestão N° 002/2018, correspondente ao período de 25 de abril de 2024 a 31 de dezembro 2024.

- **UPAE Caruaru**

***11º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 003/2018- Emenda parlamentar destinada ao custeio***

Em fevereiro de 2024, a unidade recebeu R\$ 1.000, provenientes da emenda parlamentar nº 81000311, destinados a aquisição de insumos e pagamento de serviços assistenciais visando reforçar o atendimento ambulatorial na unidade UPAE Caruaru.

Solicitação de reequilíbrio financeiro SOF 262/2024 no valor de R\$ 153, conforme Parecer CETAI N° 093/2024.

- **UPAE Belo Jardim**

***17º Termo aditivo ao contrato de gestão***

Prorrogação em caráter excepcional do prazo de vigência do contrato de gestão 004/2014, por mais 12 (doze) meses, correspondente ao período de 03 de março de 2024 a 02 março de 2025.

**UPAE Arcoverde**

***17º Termo aditivo ao contrato de gestão***

Prorrogação em caráter excepcional do prazo de vigência do contrato de gestão 005/2014, por mais 12 (doze) meses, correspondente ao período de 03 de março de 2024 a 02 março de 2025.

Em março de 2024 a unidade recebeu 04 (quatro) parcelas referentes aos repasses dos meses de Julho, Agosto, Setembro e Dezembro de 2018, no valor mensal de R\$450, totalizando R\$1.800.

- **UPA Igarassu**

***7º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022***

Prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão 002/2022 por mais 2 (dois) anos, referente ao período de 01/02/2024 a 31/01/2016.

***8º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022***

Firmado em 12/03/2024, repassa mensalmente o valor de R\$ 13, para o custeio mensal da locação de ambulância, com vigência a partir da data de sua assinatura e termo final equivalente ao término da vigência do Contrato de Gestão nº 002/2022.

***9º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022***

O presente aditivo promove o reforço de escala pediátrica, para suporte de período sazonal das Infecções das Vias Aéreas Superiores (IVAS), na UPA Igarassu, acrescentando mensalmente o valor de R\$ 75, ao contrato de gestão, iniciando em 1 de abril de 2024 até 31 de julho de 2024.

***10º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022***

Acrescenta 3 (três) leitos de sala de emergência (vermelha) pediátrica, em virtude da sazonalidade das infecções das vias aéreas superiores (IVAS) e acréscimo no número de atendimentos em pediatria na Unidade de Pronto Atendimento 24h - UPA Igarassu, acrescentando mensalmente ao repasse R\$ 227, com início em 24 de maio de 2024 a 24 de julho de 2024.

Reequilíbrio financeiro recebido no valor mensal de R\$ 154 a partir de fevereiro de 2024 conforme SEI Nº 2300000700.000043/2023-71, que se encontra em análise pela Procuradoria Geral do Estado.

- **UPAE Palmares**

Recebimento de empréstimo devolvido, conforme SEI Nº 2300000885.000206/2023-02, despachos 2074 e 2579 do HSS.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “carve-out”, as demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 da Unidade de pronto atendimento UPA Igarassu.

As demonstrações financeiras “carve-out” da filial Unidade de pronto atendimento UPA Igarassu são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações financeiras individuais da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC que foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras “*carve-out*” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Unidade de pronto atendimento UPA Igarassu gerida pelo Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial da SPCC como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS’s).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso a Unidade de pronto atendimento UPA Igarassu manifeste interesse em não o renovar, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações financeiras “*carve-out*” foi autorizada pela Administração em 12 de setembro de 2024.

Detalhes sobre as políticas da UPAE Igarassu são apresentados na nota explicativa nº 6 - Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “*carve-out*”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras “*carve-out*”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **(i) Julgamentos**

A Entidade não possui transação contábil relevante para a qual fosse necessária a aplicação de julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas.

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

A Entidade não possui incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras “*carve-out*” foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras “carve-out”, salvo disposição em contrário.

### **a. Apuração das receitas e despesas**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime de competência.

As receitas decorrentes de contrato de gestão, doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Entidade.

### **b. Resultado financeiro, líquido**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicável, tarifas bancárias, despesas com juros sobre fornecedores pelo atraso de pagamentos e apropriação de encargos sobre impostos e contribuições parcelados ou em atraso.

### **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, poupança, e aplicações financeiras de liquidez imediata.

### **d. Contas a receber - Contrato de gestão**

As contas a receber são demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessário. Uma provisão para perda esperada de créditos é constituída quando existe uma evidência objetiva de uma expectativa futura de perdas da Entidade em relação ao contas a receber.

### ***Secretaria Estadual de Saúde – SES-PE***

Para realizar atendimento com exclusividade para pacientes da rede SUS (100% SUS), a Entidade recebe recursos financeiros mediante transferências oriundas do Estado de Pernambuco. A liberação dos recursos é composta de um valor fixo de 70% do orçamento mensal, e um valor correspondente à parte variável de 30% do orçamento mensal, este último correspondente à avaliação trimestral dos indicadores de desempenho qualitativo e quantitativo conforme sua valoração estabelecida nas informações técnicas.

### **e. Estoques**

Os estoques de materiais estão avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição, os quais não superam os custos de reposição, isso significa que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com a prestação do serviço.

- Medicamentos: Corresponde ao estoque de remédios utilizados na atividade principal da Entidade. O estoque é renovado mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura de acordo com a complexidade dos pacientes.
- Materiais médicos e descartáveis: Corresponde aos estoques de materiais de consumo hospitalar e materiais que colaboram com a higiene e saúde dos pacientes e são utilizados na atividade principal da Entidade. Estes estoques são renovados mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura, de acordo com a complexidade dos pacientes.
- Nutrição: São os estoques de alimentos (gêneros secos, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados do leite) para serem utilizados na alimentação servida aos pacientes que são atendidos na Entidade.
- Almojarifado administrativo: Composto por material de consumo administrativo. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressuprimento mensal.
- Almojarifado de manutenção: Composto por peças e material elétrico e hidráulico. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressuprimento mensal.
- A Entidade avalia a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro.
- Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

#### **f. Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de: mensurados ao custo amortizado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores, partes relacionadas - mútuos e outras contas a pagar.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Não houveram operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período de 2023 e 2022.

**g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

***Ativos financeiros não derivativos***

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

O cálculo da provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de 1 ano, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Entidade no ano de 2023. As provisões são reconhecidas quando não há expectativa que os valores não serão mais recuperáveis.

***Ativos não financeiros***

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

**h. Patrimônio líquido**

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. O valor do superávit ou déficit são incorporados ao Patrimônio social.

**i. Provisões**

***Geral***

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

***Provisão para contingências***

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**j. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Impostos e contribuições**

***Imposto de renda e contribuição social***

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

***COFINS***

A Entidade é isenta do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

***Renúncia fiscal***

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para o exercício findo em dezembro de 2023:

- Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL).

***ISS sobre a receita (ISSQN)***

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos da Constituição Federal, nos termos do artigo 150, VI, “c”, aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes do Imposto Sobre Serviços (ISS).

***Isenção de contribuição para a seguridade social***

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nºs 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente. Assim, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, passou a ser o Ministério da Saúde, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC.

## 1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante (alterações CPC 26/ IAS 1);
- Imposto diferido relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/ IAS 12);

Não se espera que as seguintes normas novas ainda não efetivas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- Contratos de seguros (CPC 50);
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1; e
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa - Contratos de gestão	1	2
Aplicações financeiras - Liquidez imediata – contratos de gestão	1.411	226
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.412</b>	<b>228</b>

Os recursos com restrição mantidos em caixa, contas-correntes e aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar projetos, aquisições e atividades predeterminadas e que poderão estar sujeitos à prestação de contas.

Os recursos estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB com mercado de liquidez, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023.

## 8 Contas a receber - Contrato de gestão

	2023	2022
Contas a receber – Estado de Pernambuco - SES (a) – Circulante	1.222	1.622
Contas a receber – Reequilíbrio financeiro (b) – Não circulante	2.356	745
	<b>3.578</b>	<b>2.367</b>

(a) Saldo a receber da Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES, em 31 de dezembro de 2023, liquidado no mês de janeiro de 2024.

(b) Em 2023 a Entidade reconheceu o reequilíbrio financeiro 1.611 devido ao déficit apurado do exercício de 2023 em prestações de contas, não inclusos no orçamento anual e que deverão ser ressarcidos conforme cláusula 11ª do Contrato de Gestão, por meio de termo de ressarcimento e aprovação da Procuradoria Geral do Estado.

## 9 Estoques

	2023	2022
Medicamentos	84	193
Materiais médicos e descartáveis	64	129
Almoxarifados Gerais	99	122
Outros insumos assistenciais / Nutrição	6	11
	<b>253</b>	<b>455</b>

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2023 e concluiu não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência dos estoques, estoques de baixo giro, ou itens com data de validade vencida.

## 10 Fornecedores

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de materiais e de serviços hospitalares.

	2023	2022
Fornecedores de serviços e de materiais/ consumos diversos	658	346
Fornecedores de insumos assistenciais	339	-
Outros	38	-
	<b>1.035</b>	<b>346</b>

## 11 Obrigações tributárias

	2023	2022
Imposto de renda retido na Fonte - IRRF	200	134
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	40	37
ISS retido a recolher	2	6
INSS retido de terceiros pessoa jurídica	-	12
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>189</b>

## 12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Provisão para férias e encargos sobre férias	746	741
Salários a pagar	751	566
Encargos trabalhistas sobre folha	237	151
Outras obrigações	23	-
	<b>1.757</b>	<b>1.458</b>

## 13 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 2023, as provisões para contingências prováveis relacionadas a processos trabalhistas estavam reconhecidas no montante de R\$ 25.

	2022	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2023
Processos trabalhistas	-	25	-	-	-	25

Trabalhistas – Os processos trabalhistas, classificados como perda possível, relacionam-se entre outras questões a reclamações formalizadas por funcionários e ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, enfermidades e acidentes de trabalho. Os processos encontram-se em diversas instâncias aguardando julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Entidade e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com essas questões.

### **Contingências possíveis**

A Entidade é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos não são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

No exercício 2023, não houve processos classificados com risco possível de perda possível (R\$ 25 em 2022).

## **14 Patrimônio líquido**

### **Patrimônio social**

Em 2023 a unidade apresenta o saldo de patrimônio social de R\$ 1.043, proveniente da incorporação do saldo superavitário do ano de 2022.

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

## **15 Receita operacional líquida**

Durante o exercício de 2023, a receita operacional está composta conforme descrito a seguir:

	2023	2022
Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES	20.247	17.401
Receita reequilíbrio (Vide nota 8 (b))	1.611	744
	<b>21.858</b>	<b>18.145</b>

## 16 Custos operacionais

Representam os custos dos serviços médicos e hospitalares apresentados a seguir:

	2023	2022
Pessoal (a)	(7.988)	(9.135)
Medicamentos, materiais hospitalares e descartáveis	(1.174)	(1.369)
Serviços médicos prestados	-	(2.057)
Material de limpeza, manutenção e conservação	(51)	(147)
Serviços laboratoriais	(377)	(384)
Insumos assistenciais e Outros custos com serviços	<u>(6.318)</u>	<u>(2.888)</u>
	<b><u>(15.908)</u></b>	<b><u>(15.980)</u></b>

- (a) A redução de custo com pessoal é decorrente da segregação de custos e despesas dos gastos com pessoal, que a unidade passou a adotar no ano de 2023. Passando a registrar em grupos de despesas, os colaboradores lotados na área administrativa, e, no grupo de custo, os colaboradores lotados na área assistencial.

## 17 Despesas operacionais

	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	(4.448)	(1.590)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(297)	466
	<b><u>(4.745)</u></b>	<b><u>(1.124)</u></b>
<b>Despesas Operacionais por Natureza</b>		
Despesas com pessoal	(3.070)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(1)	-
Serviços terceirizados	(465)	(197)
Manutenção e conservação	(123)	(533)
Serviços de vigilância e locação	(665)	(860)
Materiais de uso e consumo	(124)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(297)	466
<b>Saldo Final</b>	<b><u>(4.745)</u></b>	<b><u>(1.124)</u></b>

- (a) O aumento das despesas operacionais é decorrente da segregação de custos e despesas dos gastos com pessoal, uma vez que a unidade implantou a alocação por centro de custos no ano de 2023. Passando a registrar em grupos de despesas, os colaboradores lotados na área administrativa, e, no grupo de custo, os colaboradores lotados na área assistencial.

## 18 Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5	12
	<b><u>5</u></b>	<b><u>12</u></b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Tarifas bancárias	(8)	(5)
Juros e multas	(24)	(3)
Outros	(1)	(1)
	<b><u>(33)</u></b>	<b><u>(10)</u></b>
<b>Total Resultado Financeiro, líquido</b>	<b><u>(28)</u></b>	<b><u>2</u></b>

## 19 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de riscos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

### Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de liquidez imediata que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
- Contas a receber – Contrato de gestão - A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.412	228
Contas a receber – Contratos de gestão	1.222	1.622
Outros créditos	38	78
<b>Total</b>	<b>2.672</b>	<b>1.928</b>

### Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2023	Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Fornecedores	1.035	1.035	1.035	-	-	-

31/12/2022	Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Fornecedores	346	346	346	-	-	-

### **Risco de mercado**

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

### **Valor justo**

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações, conforme quadro demonstrativo referente ao exercício de 2023:

	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.412	228	1.412	228
Contas a receber – Contrato de gestão	1.222	1.622	1.222	1.622
Outros créditos	38	78	38	78
Fornecedores	1.035	346	1.035	346

## **20 Certificado de entidade beneficente de assistência social**

Conforme Processo nº 25000.077710/2023-53, por meio da declaração de tempestividade emitida pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS) acerca da validade do CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social) da SPCC para fins de comprovação, a entidade protocolou em 17 de dezembro de 2021, tempestivamente, o seu requerimento de renovação do CEBAS.

A renovação do CEBAS foi publicada no diário oficial da união em 28/02/2024, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2024. Ficando assim, a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

## **21 Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

## **22 Eventos Subsequentes**

### **7º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022**

Prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão 002/2022 por mais 2 (dois) anos, referente ao período de 01 de fevereiro de 2024 à 31 de janeiro de 2026.

### **8º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022**

Firmado em 12/03/2024, repassa mensalmente o valor de R\$ 13, para o custeio mensal da locação de ambulância, com vigência a partir da data de sua assinatura e termo final equivalente ao término da vigência do Contrato de Gestão nº 002/2022.

### **9º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022**

O presente aditivo promove o reforço de escala pediátrica, para suporte de período sazonal das Infecções das Vias Aéreas Superiores (IVAS), na UPA Igarassu, acrescentando mensalmente o valor de R\$ 75, ao contrato de gestão, iniciando em 1 de abril de 2024 até 31 de julho de 2024.

### **10º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 002/2022**

Acrescenta 3 (três) leitos de sala de emergência (vermelha) pediátrica, em virtude da sazonalidade das infecções das vias aéreas superiores (IVAS) e acréscimo no número de atendimentos em pediatria na Unidade de Pronto Atendimento 24h - UPA Igarassu, acrescentando mensalmente ao repasse R\$ 227, com início em 24 de maio de 2024 a 24 de julho de 2024.

### **Quitação do Passivo em aberto com a Companhia Energética de Pernambuco**

Houve um acordo de cooperação técnica entre SES e Neoenergia, devido ao condicionamento da Neoenergia de prosseguir com um projeto para o Estado se houver quitação dos débitos vinculados a SES. Como as contas de energia elétrica das unidades sobre gestão (Estado) estão com a titularidade da SES, houve a quitação pela SES dos débitos que estavam em aberto até a competência de 10/2023.

### **Reequilíbrio**

Reequilíbrio financeiro recebido no valor mensal de R\$ 153.516,88 a partir de fevereiro/2024. SEI Nº 2300000700.000043/2023-71, que se encontra em análise pela Procuradoria Geral do Estado.

Solicitação de pagamento de déficit em análise pela SES até período compreendido entre fevereiro/2022 a setembro/2023 no valor de R\$ 2.076.224,17. SEI 2300000700.000104/2023-08.

\* \* \*

Filipe Costa Leandro Bitu  
Superintendente Geral das Unidades Sob Gestão

Karla Souto Maior Gonçalves  
Contadora  
CRC PE 026435/O